

Coluna do Castello

A falência
dos líderes

Os acontecimentos registrados no Congresso Nacional nas últimas 48 horas serviram para demonstrar mais uma vez, e à exaustão, a crise dos partidos, a ausência de lideranças com efetivo comando sobre as bancadas, a inexistência de coordenação política de parte do Governo e a delicada situação em que vive, permanentemente, o Presidente José Sarney — sustentado e ao mesmo tempo prisioneiro das contradições que ditam o comportamento do PMDB do Sr. Ulysses Guimarães. Os 20 anos de autoritarismo e a morte do homem que negociou a instalação de uma nova república estão na raiz da confusão que assalta os espíritos, transborda os limites formais do exercício da política e se dissemina pela sociedade.

Um deputado que se abriga sob a legenda do PT mas que está ligado ao minúsculo Partido Comunista Revolucionário, o Sr. Genoíno Netto, aliou-se aos malufistas que não obedeceram à liderança do Deputado Paulo Maluf, sensibilizou políticos preocupados com a renovação de seus mandatos em 1986 e foi capaz de tomar o movimento que, até o início da noite de ontem, punha em risco a votação da emenda que convoca a Constituinte. Perfilaram-se ao Sr. Genoíno o filho do Presidente da República, o Deputado José Sarney Filho, e o próprio presidente do PMDB, o avalista do acordo firmado entre os principais partidos para a aprovação do substitutivo à emenda remetida pelo Sr. Sarney ao Congresso.

O Sr. Ulysses Guimarães mostrou, uma vez mais, de que lado está e sempre ficará todas as vezes em que a maioria da bancada do PMDB no Congresso se rebelar contra uma orientação acertada pelos líderes partidários com o Presidente da República — do lado do seu partido, de olho posto na sucessão do Sr. José Sarney. O móvel do impasse que ameaçava transferir a convocação da Constituinte para o próximo ano foi a questão da anistia para os militares não beneficiados pela anistia concedida no Governo Figueiredo, em 1979. Era e é inexequível, inoportuna e tecnicamente inviável a proposta de uma anistia ampla, geral e irrestrita que devolvesse à tropa elementos afastados do seu convívio há mais de 20 anos.

... onerosa para os cofres públicos, a proposta parecia previamente sepultada pelo acordo que reuniu o PMDB, o Partido da Frente Liberal e o PDS. De resto, o vazio parcial das galerias do Congresso no decorrer do primeiro turno da votação da emenda da Constituinte, a greve de fome à base de sanduíches que mobilizou um reduzido elenco de militares acampados em um dos salões da Câmara, e o absoluto desinteresse pelo assunto de parte da sociedade em geral, sugeriam que o resgate imediato e consensual de um dos compromissos assumidos com a nação pelo Presidente Tancredo Neves se faria sem atropelos. O PMDB e seu presidente preferiram correr o risco de atropelar a Constituinte a tratar com realismo e bom senso uma questão que parecia equacionada.

“Se eu não desse o meu voto para que a anistia ampla fosse votada em separado, o PMDB se dividiria e, depois, poderia ser muito pior”, justificou-se o Deputado Ulysses Guimarães junto a um amigo. Dividido sobrevive o PMDB há muito tempo. Tinha, aparentemente a uni-lo, o arbítrio revogado com a eleição do Presidente Tancredo Neves. Até ali, os vários grupos que coexistiam dentro do partido dispunham de representantes habilitados que acabavam por se entender. Sem uma ditadura a quem culpar por todos os males que afligem a nação, com o desaparecimento do seu principal líder, o Sr. Tancredo Neves, o PMDB submergiu na crise, que alcança todo o tecido partidário brasileiro, e que não tem data para terminar.

A falência das lideranças partidárias se expressa, assim, por acordos não respeitados, e pelo esforço patético, e inútil, de homens como os srs. Pimenta da Veiga, José Lourenço, Prisco Viana e Carlos Chiarelli, que não podem garantir coisa alguma em nome de suas bancadas na Câmara e no Senado. Ressente-se o Governo da precariedade de uma coordenação política que o Presidente da República, pessoalmente, tenta exercer, à falta de quem queira ou de quem reúna condições para fazê-lo. O Gabinete Civil refluíu para os assuntos da administração interna. O Ministério da Justiça não ocupou o espaço que já não teve no Governo passado.

O Presidente José Sarney paga o preço de ocupar uma cadeira que originalmente não seria sua, de depender de um partido que nunca foi o seu, de governar com uma equipe que não se sente obrigada a lhe prestar solidariedade, e de não poder dispor, por todas essas razões, de um projeto político definido — salvo o respeito aos compromissos genéricos que permitiram a formação da Aliança Democrática. A eles, o Sr. Sarney tem procurado ser fiel, na medida em que o permitem as vicissitudes provocadas pela original situação em que vive. Nada indica que sua vida tenda a melhorar em um futuro próximo. O país, cada vez mais perplexo, caminha ao encontro de uma Constituinte que ninguém sabe no que dará.